



Para uma leitura (crítica) do mundo

Patrícia Corado
IF Fluminense *campus* Cabo Frio

1. Introdução

O estudo que se segue é motivado pela ideia de que os seres humanos se constituem discursivamente e de que a escola não pode ignorar esse fato ao pensar e praticar o ensino de Língua Portuguesa.

O que se apresenta aqui se constitui, assim, em uma proposta de trabalho que visa levar o aluno a perceber-se como um ser discursivo e a entender que o real e as verdades são também construídos discursivamente. Proporemos, desse modo, um trabalho de leitura de capas de revista a fim de fazer da aula de Português um espaço de estudos da língua e das linguagens, de reflexões sobre o discurso e seus desdobramentos, de debates sobre os acontecimentos e sobre as imagens que nós construímos dos fatos e de seus atores.

2. Breves considerações sobre a leitura na escola

A leitura e o domínio da linguagem são instrumentos que têm relação direta com o melhor desenvolvimento do indivíduo desde suas relações pessoais até sua ação em sociedade e seu exercício pleno da cidadania.

Apesar de parecer consensual essa ideia de que a proficiência na leitura é algo que reflete na qualidade de vida de um indivíduo e de um povo, a ação escolar no que diz respeito à formação leitora ainda tem resultados insatisfatórios, que podem ser comprovados cotidianamente por professores de qualquer nível de ensino e que, numa escala maior, são constatados por avaliações oficiais de nível nacional e internacional.

Essas avaliações revelam que, num espaço/tempo caracterizado pelo acesso à informação, os alunos brasileiros não compreendem o que leem; revelam, ainda, que a escola brasileira não tem sido capaz de preparar seu aluno para que ele se torne um sujeito ativo do seu tempo e do seu espaço. A escola brasileira, ao contrário, tem sido autora de falsas e equivocadas interpretações do que seja

realmente ler e essa má compreensão deu origem a uma prática fundada num processo quase intuitivo de entendimento de textos, com questionários que acabam sendo reduzidos a clichês do tipo “Qual é a mensagem do texto?”, “O que você achou do texto?”.

Questões de compreensão superficial, de entendimento literal do texto, de localização de ideias ocupam o espaço de um estudo científico da tessitura do texto, dos efeitos de sentido, das intenções expressivas que deixam marcas no material linguístico, dos processos discursivos, das relações que se estabelecem dentro do texto e fora dele.

A escola brasileira ainda dorme sobre o texto do livro didático, sem dar-se conta de que seus procedimentos de leitura são insuficientes e contraproducentes para a formação de um sujeito-leitor capaz de compreender o mundo que se lhe apresenta pela linguagem. Dessa maneira, a ação escolar favorece as estruturas de dominação nessa sociedade em que a palavra permanece restrita aos que têm o poder e o poder permanece nas mãos de quem domina a palavra.

É verdade que em muitos casos já se veem no ambiente escolar – inclusive nos livros didáticos – textos de circulação social, tais como jornal, letra de música, anúncios publicitários. O uso, entretanto, que se faz desse material parece seguir os mesmos moldes das questões de compreensão superficial ou, ainda, ser pretexto para exercícios de metalinguagem gramatical. Esse (não) trabalho com textos que circulam socialmente é um sintoma de que a escola, embora com novos discursos, mantém em sua prática a recusa àquilo que instaure no ambiente pedagógico reflexões relativas a estruturas sociais, políticas e culturais.

De acordo com Chiappini (2001, p.13),

Não apenas os textos literários são opacos e demandam um trabalho analítico e uma leitura ativa dos leitores-intérpretes na busca do sentido. (...) a opacidade e a heterogeneidade é característica dos mais diversos gêneros discursivos. Metodicamente, indaga-se aí como falam as linhas e as entrelinhas, ensinando-nos a lê-las para além da nossa quotidiana apreensão espontânea dos discursos que direta ou indiretamente afetam, dia-a-dia, a nossa vida.

A proposta trazida aqui é de levar para a escola a vivência cotidiana do aluno com sua cidade, seu bairro, sua casa, enfim, com o que vê, ouve, sente e percebe além dos muros da escola, fazendo-o refletir sobre essa vivência, sobre a linguagem através da qual o mundo lhe é apresentado e sobre o que lhe chega junto com esses discursos que são absorvidos e apreendidos de modo praticamente involuntário e inconsciente.

De modo algum se pretende propor aqui o abandono da Literatura e do estudo dos clássicos, ou tirar deles o valor que lhes é devido; contudo, esse valor não lhes deve conferir exclusividade. Leitura

implica necessidade social e prazer e desse modo deve ser vista pela escola, que não pode preconceituosamente excluir a variedade de gêneros textuais de sua prática, ou ainda incluí-la sem a fundamentação que garanta eficiência ao trabalho, limitando-se a leituras pouco críticas e criativas, quando não totalmente equivocadas.

Ler é dialogar com o texto. Ler o que circula socialmente é, portanto, manter uma relação dialógica com os fatos sociais, analisando-os e questionando-os.

3. Para o exercício de uma leitura (crítica) do mundo

A cidadania e os valores inerentes à democracia não se consolidam por meio da força de leis, constroem-se, ao contrário, de modo lento e gradual, num processo de amadurecimento que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Ser cidadão é, então, muito mais do que conhecer seus direitos e deveres, é acreditar na deliberação comum, é, por meio de escolhas conscientes, participar do jogo democrático, é, sobretudo, abdicar da força em nome do diálogo.

Percebe-se, assim, que, na medida em que a sociedade se democratiza em suas relações, a palavra se torna mais poderosa e, desse modo, o dominador é aquele que melhor uso faz da linguagem. Se entendermos que pelo discurso o poder se constrói, estabelece e fortifica e que o ideário democrático torna esse poder cada vez maior, obrigamo-nos a certas reflexões que envolvem a linguagem, os estudos da linguagem, o ensino da língua e as estruturas de poder às quais estamos submetidos.

É válido lembrar que os sistemas de dominação historicamente criam discursos que o justifiquem. Contemporaneamente, o que temos é o discurso democrático do direito à palavra sustentando um sistema de dominação em que a palavra continua negada à grande maioria. Isso porque entendemos que a democratização de vagas na escola e, conseqüentemente, do acesso à leitura e à escrita não tem sido suficiente para oferecer as chaves que permitam ao povo, de fato, penetrar no reino das palavras. Trata-se, portanto, de um sistema de dominação no qual aquele que melhor manipula, articula e usa a linguagem em benefício de seus interesses tem o poder. A linguagem/língua não é mais a expressão do poder e da dominação, ela se constitui como o próprio poder e dominação.

Socialmente isso traz resultados perigosos já que a mesma palavra que se constitui como dominação e poder é instrumento de alienação do dominado que, por se imaginar numa relação democrática, não percebe sua condição. Essa alienação é estratégica, uma vez que, como afirmava Paulo Freire (1975) “o homem que percebe o seu condicionamento é o único capaz de superá-lo”. O

que significa que o poder que se estabelece via palavra é mais dificilmente subvertido justamente porque não permite ao sujeito ver-se como dominado, já que sua dominação dá-se via palavra, com a qual e pela qual ele é persuadido, (con)vencido.

Obviamente não se trata de defender o autoritarismo da força, mas de levar os nossos alunos à reflexão sobre a linguagem pela qual nossos mundos se criam, recriam, nossas realidades se contam, recontam, fazendo surgir imagens, ideias, verdades, modos de ver e conceber o mundo e a realidade. Compreender a(s) linguagem(ns) é entender mais a construção das relações em que estamos envolvidos e os mecanismos que nos tornam submissos ao poder que se estabelece nos espaços dessas relações.

Nesse contexto, a escola não pode permanecer omissa, escondendo-se atrás do antigo discurso da neutralidade, pois cabe a ela garantir o acesso e a socialização do educando naquilo que é comum, social e, por isso, participável. Concretamente, a sala de aula é o terreno dessa ação, onde, necessariamente, devem estar presentes instrumentos que estimulem discussões, que chamem o aluno à análise e à participação, que estimulem a interlocução entre a escola e a sociedade, de maneira que a escola seja efetivamente um ambiente que pretende, antes de qualquer outra coisa, preparar o jovem educando para a participação democrática, para o exercício consciente de escolher.

4. Uma análise para exemplificação

Para exemplificar uma proposta de trabalho escolar em Língua Portuguesa que se alie a essa concepção de leitura, usaremos como corpus capas da revista *Veja*, tentando mostrar uma possibilidade de trabalho que ofereça ao aluno instrumentos para de fato entender o que lê, para entender os discursos – nesse caso específico, o discurso jornalístico – como recortes da realidade e, sobretudo, para entender a linguagem como um jogo de força e poder.

As capas de revista, além do incontestável potencial comunicativo, mostram-se um rico material pelo uso plural que fazem das linguagens, numa composição em que o verbal e o não-verbal completam-se mutuamente, fazendo parte dos recursos de produção de sentido elementos da análise linguística propriamente dita, tais como, seleções lexicais, perguntas retóricas, pressupostos e subentendidos, construção de polifonia a partir de recortes do discurso de outrem etc., e elementos da análise semiótica, como, por exemplo, cores, imagens, fotos, jogos de luz e sombra etc.

De acordo com Eco (1991, *passim* p. 4-12): “É signo tudo quanto possa ser assumido como um substituto significante de outra coisa qualquer (...) Há, pois, signo toda vez em que um grupo humano decide usar algo como veículo de outra coisa.”. Desse modo, as capas de revistas apresentam-se como

texto para cuja produção de sentido a reciprocidade entre palavra e imagem, signos verbais e não-verbais, é fundamental, constituindo-se como instigante objeto de reflexão e análise.

A análise comparativa a seguir procurará mostrar que as tendências ideológicas observadas no material em análise não são restritas a esferas políticas mais imediatas, como costuma circular no senso comum; ao contrário, os recortes ideológicos atualizados no discurso de construção do real que se veicula nas capas de *Veja* atingem sim aspectos político-eleitorais, mas vão mais longe, atuando também sobre aspectos culturais e religiosos.

A edição nº. 1904, publicada em 11 de maio de 2005, veiculava em sua capa a chamada para uma matéria possivelmente motivada pelo lançamento de uma novela da emissora Globo cuja temática envolvia a reencarnação da personagem principal. O fato que nos desperta interesse, entretanto, não é o assunto, mas a forma como a questão foi apresentada na capa da revista.



Um olhar abrangente já garante a percepção de flagrante avaliação depreciativa do assunto e, para tanto, colocam-se a serviço do produtor do texto elementos que vão desde a seleção lexical até o uso de cores e efeitos de luz e sombra, construindo num todo, uma coerência semântica que tem a ver com olhar debochado sobre o referente.

A parte central – e maior – da capa conta com a presença da imagem de pés que, pela forma como são apresentados, são responsáveis pela pressuposição do corpo deitado, sendo, dessa forma, um índice do indivíduo morto. O lençol branco que aparece ao fundo, como que cobrindo o corpo, reforça essa ideia.

Para Peirce (1975), índice seria uma espécie de fragmento da coisa indiciada; assim, os pés verticalizados, como parte do cadáver humano, indiciam a presença do corpo sem vida.

A ironia ganha força nesse jogo sígnico com a colocação de uma plaqueta típica de portas de lojas comerciais, com a inscrição “VOLTO JÁ” naquilo que indicia a pessoa morta. Desse modo, é como se o próprio cadáver, indiciado pelos pés em posição vertical, fosse o enunciador do aviso, ou seja, é o próprio morto enunciando e anunciando o seu breve retorno.

Essa composição funciona como um *argumento do ridículo* (ABREU, 2003), que consiste em criar uma situação irônica ao adotar o discurso do contra-argumentador, destacando-se o seu caráter estapafúrdio.

Ainda em relação ao aspecto não verbal, a sugestão, pelo jogo de cores e de sombras, de uma luz ao fundo concorre, junto aos outros elementos do quadro pictórico, para uma referência a montagens televisivas e/ou cinematográficas de baixo custo, com o uso de clichês previsíveis, de um modo que a ridicularização do assunto posto em tela torna-se um sentido subjacente àquilo que poderíamos definir como o tema da capa. Tudo isso parece evidenciar que, ao selecionar e combinar elementos para uma representação, submetemos esses elementos a uma manipulação ideológica inerente à ação comunicativa do homem.

Nessa mesma tendência e seguindo o princípio da *não-contradição* (CHAROLLES, 1997), aparecem os elementos propriamente verbais.

O título “*Vida após a morte*” reafirma o que se veicula na parte não verbal do texto, sendo, para ele, uma espécie de legenda na qual a carga irônica parece ter sofrido um apagamento. É como se no título, pelo seu caráter verbal e mais objetivo, a revista, de certa maneira, guardasse uma intenção de se resguardar, o que pode ser compreendido se levarmos em consideração o princípio da *aceitabilidade* e o fato de o poder de um veículo de comunicação ser, na verdade, o poder que o leitor dá a ele. Em outras palavras, a depreciação apresentada através dos elementos não verbais do texto se camufla um pouco no texto verbal, uma vez que a revista não pode perder a *credibilidade* do público adepto ao espiritismo, que, segundo ela mesma, é crescente (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

É importante observar, entretanto, que, mesmo quando o juízo de valor se pretende camuflado, ele se faz presente desde as escolhas lexicais até a organização dos arranjos discursivos. Nesse caso, a ideologia disfarçada de verdade se torna mais perigosa pois envolve o leitor sem que ele se dê conta

disso. Isso porque para que se conquiste o coenunciador num jogo argumentativo é importante que o outro se sinta o responsável por sua própria tomada de posição. Nas palavras de Abreu (2003, p. 93), “argumentar é motivar o outro a fazer o que queremos, mas deixando que ele faça isso com autonomia, sabendo que suas ações são frutos de sua própria escolha”, ou, pelo menos, pensando isso...

Elementos dessa tendência ideológico-discursiva aparecem no texto verbal da parte inferior da página, onde se vê uma estrutura interrogativa, cujo objetivo é aparentemente o de atrair o leitor para a leitura da revista, mas pode também ser uma chave para o jogo argumentativo/persuasivo que se apresenta nessa capa, encaminhando, pela pergunta, o leitor a certas respostas, ou, segundo a revista, às respostas certas. Conhecendo seu público, a *Veja* parece querer mostrar elementos de ordem científica que não apenas expliquem, mas também que façam com que o público-alvo relativize a “tão forte” tendência a acreditar em reencarnação e comunicação com os mortos. Desse modo, a revista não apresenta essa tendência como algo ligado à fé – ao inexplicável -, mas sim a fatores que a razão humana é capaz de processar. Parece, então, que a revista, em momento, algum desconsidera a formação do público a que pretende persuadir com seu discurso. Para Abreu (2003, p. 75), “aquele que quer persuadir deve saber previamente quais os verdadeiros valores de seu interlocutor ou do grupo que constitui seu auditório.”.

Ainda nesse enunciado interrogativo, chama a atenção a seleção da unidade lexical “crença”. Perceba-se que, em lugar de “fé”, cujo prestígio social, a despeito de seu caráter independente da razão, é grande, *Veja* opta por “crença”, palavra que guarda uma carga semântica negativa em função de sua relação com práticas de cunho supersticioso, renegadas pela ciência e pela sociedade. Assim, “crença” fica-nos como algo de menor valor que “fé”.

Nesse caso, é interessante observarmos uma capa publicada pouco mais de um mês antes. Em 06 de abril de 2005, a capa do n.º 1899 da revista *Veja* tratava do estado de saúde do Papa João Paulo II:



Note-se que, agora, o espaço lexical é ocupado por “fé”, no enunciado “*A grandeza da fé*”. De modo que parece ficar clara a distinção feita pela revista entre os dois tipos de ligação religiosa: a FÉ dos católicos X a CRENÇA dos espíritas.

Citelli (2004a, p. 69) relaciona a seleção lexical e os efeitos argumentativos do enunciado, mostrando que nesse procedimento os planos estilístico e ideológico se cruzam com objetivos persuasivos:

A busca de efeitos argumentativos pode envolver uma conduta quanto à escolha de palavras, locuções e formas verbais. Optar por um termo em detrimento de outro é gesto menos arbitrário do que imaginamos e costuma significar o cruzamento dos planos estilísticos e ideológicos na direção dos discursos persuasivos.

É evidente que, quando escolhemos uma palavra, estamos, na verdade, escolhendo uma forma de representar alguma coisa.

Outros elementos concorrem para a construção desse juízo de valor positivo na capa que tem como referente o Papa João Paulo II.

O fundo preto, além de dar mais evidência à imagem clara do Papa, garante ao texto um ar de sobriedade e respeito que passou longe quando o discurso da revista fazia referência à religião espírita.

A cor dourada do título remete o leitor à ideia de realeza, reafirmando a grandeza que é apresentada verbalmente e, associada ao preto, remete às encadernações da Bíblia, cuja capa é muito frequentemente preta com letras douradas. Em ambos os casos a cor funciona como elemento simbólico. De acordo com Peirce (1975, p. 128), trata-se da significação extraída de um signo convencional, ou que depende de hábito, nato ou adquirido.

No texto verbal, a avaliação positiva, já demonstrada no título pela unidade lexical “grandeza” e pelo uso da cor dourada, é reforçada pelo uso do substantivo “coragem” e da adjetivação em “**grandes** pastores”, “significado **original**” e “sacrifício **cristão**”.

A foto surge como um flagrante do real, constituindo-se argumentativamente como prova contra a qual não há refutação possível. Santaella e Nörth (2005, p. 120), ao discorrerem sobre as análises de Barthes acerca das fotografias como atos revelados, dizem que se trata “de ‘um gesto colhido num momento da sua execução em que o olhar normal não pode imobilizá-lo’, quer dizer, ‘a foto imobiliza uma cena rápida no seu tempo decisivo’”. A foto escolhida para compor a capa de *Veja* parece ter imobilizado uma cena rápida que, imóvel, traz forte apelo ao leitor, tornando verdadeira a composição verbal, bem como toda a carga avaliativa a ela subjacente. Isso porque as feições de dor estampadas no rosto de João Paulo II constituem-se como um índice do sofrimento que, segundo o texto escrito, dignifica o Papa e o aproxima do próprio Cristo, como se pode confirmar pela estrutura verbal “sacrifício cristão”. De certo modo, a conjugação entre palavra e imagem faz do Papa uma espécie de ícone de Cristo, numa metáfora que se fundamenta nas ideias de sofrimento e sacrifício.

As diferentes abordagens trazidas por *Veja* para o tratamento de referentes da seara religiosa evidenciam que a percepção do real está sempre impregnada de conceitos e (pré)conceitos que se fixam nas formações discursivas e fazem delas seus veículos. Se a partir de diferentes perspectivas, é possível construir as mais diversas imagens do mesmo objeto, a imagem que será selecionada para representar publicamente esse objeto depende da intencionalidade, que, por sua vez, é determinada por um jogo em que se envolvem valores, poder e força.

6. Considerações finais

Lembramos, para concluir, que o objetivo da proposta brevemente apresentada nessas páginas não é a de defender ou atacar qualquer dos atores das cenas analisadas, até porque as cenas podem ser

outras, bem como podem ser outros os atores, os enredos, os desfechos... O que se objetiva com esse estudo é fazer ver aos leitores que a informação carrega em si valores e produz efeitos, até porque não há discurso que não nasça de uma intenção. Sobretudo, a ideia de um trabalho para uma leitura (crítica) do mundo pretende instrumentalizar nossos alunos para que sejam leitores capazes de perceber que, qualquer que seja o veículo discursivo, as seleções lexicais, os jogos de cores, as combinações sintáticas, as escolhas de imagens não são gratuitas, para que percebam a linguagem como um jogo e possam, conscientemente, escolher como jogar.

Referências

ABREU, António Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 6ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. A interação verbal. In: _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. e trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHIAPPINI, Lígia. A circulação dos textos na escola – 2. In: CITELLI, Adilson (Coord.). *Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e TV, rádio, jogos, informática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. *O texto argumentativo*. 1ª edição. São Paulo: Editora Scipione, 2004a.

CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos. In: GALVES, C. et al. (Org.). *O texto: escrita e leitura*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

CORADO, Patrícia Ribeiro. *Manchetes jornalísticas: ideologia e argumentatividade*. Cabo Frio: UVA, 2007.

ECO, Humberto. *Tratado geral da semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7ª edição. São Paulo: Ática, 2003.

FOULCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1975.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. *Semiótica*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação e retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTAELLA; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.

RODRIGUES, N. *Filosofia... para não filósofos*. São Paulo: Cortez, 1989.

VALENTE. André (Org.). *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.